

Mudar o discurso: por uma decolonialização da mente docente na Amazônia

Change the speech: by a decolonialization of the mind teacher in the Amazon

Tayson Ribeiro Teles¹

Resumo: Atualmente no Brasil, e na Amazônia principalmente, os docentes desde suas formações iniciais são programados a serem negativos “espelhos eurocêtricos”. Os ideais colonizadores são alocados no pódio de verdade absoluta ou conhecimento ideal, posto que “civilizado” e “moderno”. “Nossa educação expressa, reproduz e fundamenta a colonização que marca nossos saberes, práticas e poderes” (ZANOTELLI, 2014, p. 491). Pensar sobre isso é nosso objetivo neste artigo. A metodologia é a exploração bibliográfica revisional qualitativa, levada a efeito sob o plasma do método indutivo. As conclusões que podem ser inferidas remetem a uma premente necessidade de ver as colonizações brasileira e amazônica a partir de novos paradigmas, os quais devem parar de contar a história com base na versão dos vencedores, dominadores, exploradores, em ato que transcenda a descolonialidade e seja decolonial.

Palavras-chave: Reflexões; Docência; Amazônia Brasileira; Pós-colonialismo; Decolonialidade.

Abstract: Currently in Brazil, and in the Amazon mainly, teachers from their initial formations are programmed to be negative “eurocentric mirrors”. Colonial ideals are allocated on the podium of absolute truth or ideal knowledge, since “civilized” and “modern”. “Our education expresses, reproduces and grounds the colonization that marks our knowledge, practices and powers” (ZANOTELLI, 2014, 491). Thinking about it is our goal in this article. The methodology is the qualitative revisionary bibliographic exploration carried out under the plasma of the inductive method. The conclusions that can be inferred refer to a pressing need to see the Brazilian and Amazonian settlements from new paradigms, which must stop telling the story based on the version of the winners, dominators, explorers, in an act that transcends decoloniality and be decolonial.

Keywords: Reflections; Teaching; Brazilian Amazonia; Postcolonialism; Decoloniality.

Introdução

No presente artigo engendramos um plexo de reflexões sobre a urgente necessidade de os docentes do Brasil, da América do Sul e, principalmente, da região amazônica do país decolonializarem suas mentes/mentalidades em suas práticas de ensino diárias – em todos os níveis de educação. A decolonialidade, como veremos, é um esforço teórico capaz de nos guiar rumo a novas interpretações de conceitos, signos e significados dados como prontos e acabados, notadamente pelo canonismo europeu. É “uma verdadeira virada epistêmica ou gnoseológica que nos permite desvelar o momento inicial de qualquer reflexão” (PAZELLO, 2016, p. 233), ou seja, pensando decolonialmente conseguimos chegar ao “verdadeiro” momento primeiro de um ato reflexivo, instante em que nos enxergamos por fora dos acontecimentos históricos, do mesmo modo como ensinou Bakhtin (2012) ao falar de sua exotopia.

As teorias decoloniais grifam “o imaginário de uma modernidade baseada sobre a exploração colo-

¹ Universidade Federal do Acre (UFAC). Mestrado em Letras – Linguagem e Identidade pela Universidade Federal do Acre (UFAC). E-mail: advogadoteles@bol.com.br

nial conjugad[a] à do capital, o que deve sempre ser lembrado e denunciado” (PAZELLO, 2016, p. 237). Isto é, em escorço, “a abordagem de[s]colonialista tem dois pontos de partida específicos: a crítica à formação do capitalismo a partir da conquista da América e a crítica a uma racionalidade colonizada pela epistemologia moderna” (PAZELLO, 2016, p. 258).

Assim, para pensarmos sobre o modo docente vigorante de realizar educação na Amazônia brasileira, perlustramos aqui temáticas diversas e adversas relacionadas à colonização/colonialidade do/no Brasil e da/na Amazônia brasileira desde o início do século XVI e até a “hodiernidade”, num viés decolonial. Buscamos forjar reinterpretações de fenômenos e conceitos ligados à colonização do Brasil e da Amazônia e, ao lado disso, tecer comentários sobre novas perspectivas possíveis para o presente no ensino amazônico de um modo geral.

O fazer docente no Brasil e na Amazônia

Ser professor é um lindo e incomparável ato/ofício humano. A atual mídia hipócrita e entronadora da ridícula meritocracia teima em enaltecer profissões elitizadas, de áreas como medicina, engenharias, direito etc. Esquecem-se os capitalistas de que todo profissional teve professores. Nessa percepção, não é fácil ser professor. Professorar narrativas. Ser profeta da vida, do conhecimento. Como obtemperam Lima e Alves Neto (2015, p. 8):

[...] não basta dar aulas: é preciso desenvolver a profissionalidade docente, o que pressupõe conhecimentos específicos do assunto pretendido. A sabedoria docente é complexa e abrange muitas facetas e dimensões, a maioria encontra-se relacionada[s] com o domínio do conteúdo, a organização curricular, a competência pedagógica, o desenvolvimento da identidade docente, a reflexão, a pesquisa e o planejamento da carreira docente. [...] É notório que se tornar professor não é tarefa fácil, é necessário muito esforço e introspecção com relação aos comportamentos adotados em sala.

Ocorre que, atualmente, no Brasil, e mormente na Amazônia, os docentes desde suas formações iniciais encontram-se enfeitados pelo “espelho eurocêntrico”. Os ideais colonizadores são relevados ao patamar de “verdade absoluta” ou conhecimento supostamente ideal, posto que visto como “civilizado” e “moderno”. “Nossa educação expressa, reproduz e fundamenta a colonização que marca nossos saberes, práticas e poderes” (ZANOTELLI, 2014, p. 491).

Como anota Zanotelli (2014, p. 492):

Nossos saberes, nossas práticas, nossos poderes são fruto e expressão da Colonização, reprodutores e aprofundadores da Colonização [...]. Nossa ciência precisa se pautar pelo positivismo da constatação e da matemática, como o indica a Modernidade europeia. Nossa Filosofia é consequência dos “grandes” pensadores da metrópole. Sobre eles realizamos nossas teses de mestrado e doutorado, porque eles são o critério da verdade filosófica. A teologia europeia nos indica o que é certo e errado sobre a fé, sobre a religião, sobre as falsas religiões, sobre as superstições. Nossos ritos religiosos repetem os da metrópole, mesmo que em contradição com o tempo de sua celebração: celebramos a Páscoa da Ressurreição, a festa da Primavera e da vida, quando começa o outono [...]. Somos colonizados. Somos colonizados no sentir, no ouvir, no interpretar e no falar. **E para pensar a possibilidade de descolonização é preciso, antes de qualquer coisa, pensar na colonização.** (Grifos nossos)

Mudar o discurso: por uma decolonialização da mente docente na Amazônia

Dessa maneira, para pensarmos em liberdade, dignidade humana, direitos humanos, democracia, cidadania, solidariedade, respeito ao próximo (e ao distante também), precisamos, antes de qualquer coisa, reconhecer que fomos e somos colonizados. Colonizados nos saberes, nas práticas e nos poderes (ZANOTELLI, 2014). “Colonizados [...] para o individualismo mais crasso. Para a autossuficiência prepotente que só vive da exploração do outro. Doentia sempre: sádica e ou masoquista. [...] para a exclusão, para a submissão, jamais para a Democracia, para a solidariedade” (ZANOTELLI, 2014, p. 493).

Europa civilizadora: a “grande farsa”

Enrique Dussel² (2005), expõe que a Europa enquanto região de elevada carga cultural e de economia incomparável é, na verdade, uma farsa desde sua produção. Erigindo um deslizamento semântico do conceito de Europa, o autor nos esclarece que a atual região europeia no passado foi ocupada pelo “bárbaro”, bem como a África e a Ásia tiveram outrora mais desenvolvimento cultural e econômico, tendo havido em verdade uma usurpação do desenvolvimento dos povos destes lugares pelo chamado “europeu moderno”. Nesse rumo, esclarece que o modelo de cultura greco-romano-europeu é um invento ideológico datado do final do século XVII romântico alemão – uma verdadeira manipulação conceitual posterior do “modelo ariano” racista. Dussel reprime fortemente o eurocentrismo e diz, na interpretação de Pazello, ser necessário nos valermos de saberes que sirvam como “um arsenal para combater o etnocentrismo da política hegemônica escalacrada no [E]stado e no saber formal, assim como nos aparelhos políticos da sociedade civil” (PAZELLO, 2016, p. 244).

Walter Mignolo³ (2005), no mesmo sentido, anota que o capitalismo e a modernidade sempre são associados a fenômenos europeus e não planetários, bem como existe uma negativa ideia de que não é possível haver modernidade sem colonialidade, ou seja, para levar artefatos modernos ao “outro” é necessário sempre se instalar em seu ambiente, explorá-lo, modificá-lo, aliená-lo. Diz, ainda, que os termos “América” e “hemisfério ocidental” (diferente do “Índias Ocidentais” – forjado pelo colonizador hispânico) são expressões erigidas (pelo americano colonizado) para tecer uma ideia de pertencimento e direito à autodeterminação. Para este pesquisador, manter na América Latina uma unidade, alegando uma inexistente hegemonia cultural (um único povo e cultura), é uma tentativa de possibilitar a esta região a engendração de alianças internacionais com vieses políticos e econômicos. Esclarece o autor que existe um além da organização planetária baseada na exterioridade interior contida no imaginário da civilização ocidental e do Atlântico Norte, o qual não é necessariamente um “lugar ideal”, mas que tem de ser investigado, principalmente pela ideia de que a colonialidade é constitutiva da modernidade e não o contrário, ou seja, grosso modo, diz o autor: não foram os “europeus” no alto de sua modernidade que vieram às Américas as “descobrir” (tirar o véu da “ignorância”) e sim somente após “conhecerem” as Américas e terem com quem se comparar é que aqueles passaram a se autoneostrar como “modernos” e como europeus (à frente dos que haviam colonizado)⁴.

² Filósofo argentino nascido em 1934 que vive, desde 1975, no México, sendo considerado um dos maiores nomes da chamada filosofia da libertação e do pensamento latino-americano.

³ Linguista e semiótico argentino que atua como professor na Universidade de Duke/EUA.

⁴ Como afirma Aníbal Quijano (2005), o mito fundacional da versão eurocêntrica da modernidade é a ideia do estado de natureza como ponto de partida do curso civilizatório cuja culminação é a civilização europeia ou ocidental. Mas, e antes de Colombo aqui chegar nada havia?

Nessa direção, Arturo Escobar⁵ (2005), nos diz que a relação lugar/poder/identidade é complicada na medida em que persiste ainda uma marginalização de alguns lugares nas teorias ocidentais, bem como o conhecimento do homem no mundo e sobre o mundo é um processo de adestramento deste em face do ambiente natural. Nesse caminho, a Europa em sua empreitada “civilizatória” excedeu o limite desta relação homem-ambiente, na medida em que explorou não apenas as terras ameríndias, mas também seus habitantes. O autor consigna, também, que com a globalização a noção de lugar desapareceu e elevou-se a hibridização cultural e, nessa perspectiva, os debates sobre a cultura local não devem ver o lugar como o outro da globalização, porquanto o que se deve é repensar as formas como a globalização ocorre, notadamente extirpando os valores culturais singulares dos lugares que “une”, os quais estão sendo progressivamente submetidos às operações do capital global.

Aníbal Quijano⁶ (2005), por seu turno, evidencia que um dos fundamentos do poder/exploração exercido sobre as Américas pela Europa foi a classificação do ser humano em raças por meio do entronamento de diferenças fenotípicas, o que também foi transportado para a divisão do trabalho. Nesse viés, diz que a modernidade e a racionalidade foram erradamente imaginadas como produtos e experiências exclusivamente europeias, ao ponto de que todas as relações intersubjetivas e culturais ocorridas entre a Europa e o resto do mundo foram e são sempre plasmadas em jogos de criação de novos conceitos e categorias num sentido civilizado-primitivo, como se aquele continente somente tivesse o que ensinar aos colonizados (a europeização é uma pretensão etnocentrista).

De tais asserções, cremos ser fato imodificável a ideia de que somente com a América é que o capital tornou-se predominância mundial, bem como a perspectiva eurocêntrica de conhecimento opera com um espelho que distorce e que reflete, pois muito do dito é “verdade”, mas grande parte é mentira – verdadeira quimera. Cabendo ao docente que atua na Amazônia brasileira, então, buscar desvencilhar-se de prisões epistemológicas que o encarcerem em conceitos europeus prontos e estanques. Precisam os professores amazônicos – da educação infantil à pós-graduação *stricto sensu* –, por um giro decolonial mental, olhar pela tangente de todos os acontecimentos históricos que narram, percebendo que todo o saber é apenas uma narrativa, produto de um tempo, de um espaço, proveniente de pessoas, seres que mentem, enganam, malversam, iludem e, principalmente, como são os europeus, seres egocêntricos para com suas culturas.

Não podemos negar que a história incluída em nossos currículos escolares está composta de narrativas produzidas por europeus que carregam suas perspectivas dos acontecimentos do encontro entre os povos provindos da Europa e os povos originários de nosso continente. O que eles chamam de descoberta, pode merecer o nome de invasão. Por que continuamos a adotar uma versão dos fatos que não é nossa?

O ensino amazônico precisa de um novo discurso que descaracterize esta região geográfica pátria como *locus* preexistente a quase tudo. Falam (os professores) da Amazônia como se Deus, ao fazer o mundo, a tivesse colocado onde ela está. Os mestres educacionais amazônicos têm de limpar suas retinas das contaminações do europeu colonizador e perceber ser a Amazônia um discurso, resultado de ideologias várias.

⁵ Antropólogo colombiano que atua como professor na Universidade da Carolina do Norte/EUA.

⁶ Sociólogo peruano.

Pós-colonialismo/descolonialidade x decolonialidade

Luciana Ballestrin⁷ (2013), em artigo denominado “América Latina e o giro decolonial”, no qual narra a constituição, trajetória e pensamento de um grupo de estudos latino-americano chamado Modernidade/Colonialidade (M/C), iniciado na década de 1990 e integrado por vários estudiosos da América Latina, diz que pós-colonialismo remete, basicamente, a duas coisas: ao tempo histórico sucessivo ao colonialismo e a um caráter discursivo do social no descentramento das narrativas e dos sujeitos contemporâneos (uma espécie de proposição de uma nova epistemologia crítica às concepções dominantes de modernidade). Diz, também, que na colonização a diferença colonial se dá em uma relação antagônica, pois a presença do outro nos impede de sermos totalmente nós mesmos. Nesse passo, esclarece que o sujeito subalterno não é aquele que não pode falar e sim aquele que não pode ter sua voz ouvida. Outrossim, assevera que a ideia de raça é moderna, bem como a modernidade é um “mito” que encobre a colonialidade na medida em que a civilização moderna autodescreve-se como mais desenvolvida (superior) e por isso alega haver uma “guerra justa”, cujo objetivo seria “filantrópico” (quando verdadeiramente é misantrópico) é civilizar e educar o outro⁸. Neste ponto precisam os praticantes da docência na região amazônica do Brasil compreender que todo o processo de colonização dessa região pátria não é ato civilizatório, mas um plexo de condutas e ações eliciadas pelas pessoas que estavam no poder no Brasil-colônia e almejavam explorar as riquezas das florestas e dos rios. Os teatros revestidos a ouro implantados no período do auge da exploração gomífera, por exemplo, não são benesses do europeu para com o pobre povo amazônica, mas somente egoísmo/ganância do colonizador que queria, além de explorar a região, trazer para a colônia condições de vida semelhantes às que as elites estavam acostumadas na metrópole.

Os formadores amazônicos precisam contar os dois, na verdade todos os lados da história. A Amazônia não é um produto cultural da Europa, mas sim o resultado de um processo de lutas várias entre humildes pessoas que residiam pacificamente nas florestas e foram constantemente solapadas em seus direitos pelo invasor. Não há invasor bondoso em hipótese alguma. Ao invadir já estava o europeu dilacerando as fronteiras simbólicas, matando a heterogeneidade dos moradores das florestas brasileiras, tentando homogeneizar tais lugares num conceito uno de “Amazônia”.

Ademais, Ballestrin (2013) clarifica ser necessária uma nova filosofia na qual o sujeito epistêmico não tenha sexo, etnia, classe, espiritualidade, língua. Nessa perspectiva, diz que não se trata da substituição de paradigmas e sim do surgimento de novos, bem como é preciso ter além de um pensamento decolonial, um pensamento “decolonial”, pois a decolonização (sem o “s” ou o hífen) representa um afastamento do pós-colonialismo relacionado à colonialidade do ser, do saber e do poder, esta que ocorre hoje, depois de “fmdada” a colonização física, das chibatadas nos indígenas e nos africanos, da exploração do solo, dos rios. A colonização da mente.

Concordamos com isso, porquanto podemos ter o colonialismo como colonialidade do espaço fi-

⁷ Professora da área de Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas (UFPel – RS).

⁸ Cumpre lembrarmos que os europeus não nos trouxeram modernidade ou tecnologias assustadoramente impactantes, porquanto na América também já existiam impérios (Incas, Maias, Astecas e outros), os quais dominavam várias técnicas de construção, alimentação etc.

sico e do corpo material e também do ser, do saber e do poder, mas entendemos que sobre estes últimos três a colonialidade é mais intensa hoje. Por isso é do *pós*-colonialismo que devemos nos afastar, ou seja, *pós*-colonialismo não é uma fuga do colonialismo e sim um colonialismo transfigurado pelo implemento da *pós*-modernidade, ou, em *lato sensu*, nossa atual época – o nascer da vigésima primeira secularidade *pós*-Cristo.

Nesse diapasão, Walter D. Mignolo (2005) enaltece que simples desobediências civis se não ocorridas *pari passu* com desobediências epistêmicas (de ciência e método) manterão as situações de controle da economia e da política por certos grupos teóricos (notadamente europeus). Afirma que a desobediência epistêmica não quer dizer o abandono ou a ignorância do que já foi construído, apenas novas formas de problematizar (aprender a desaprender), pois o pensamento descolonial é a estrada para a pluriversalidade como um projeto universal. Para ele, descolonial significa pensar a partir da exterioridade e em uma posição epistêmica subalterna *vis à vis* à hegemonia epistêmica que cria, constrói e erige um exterior a fim de assegurar sua exterioridade.

Aqui escemos com isso na medida em que o pensamento descolonial rejeita qualquer possibilidade de rumos universais que pretendam substituir os atuais caminhos – o que se busca não é o universal e sim o pluriversal (o bem-estar da comunidade e não o bem-estar e a acumulação de uma elite).

Conforme Pazello (2016, p. 238), Mignolo

[...] chega a propor a descolonização não só política e econômica, mas também intelectual ou cultural, ainda que não possamos cindir simploriamente todas essas dimensões da realidade humana e social. Para chegar ao cerne do problema da colonialidade do saber, propõe Mignolo uma ampliação do olhar sobre o conhecimento cuj[o] grande salto qualitativo estaria em não reduzir o saber à ciência moderna e nem desprezar seus condicionantes geopolíticos.

Ou seja, para o autor, não podemos jogar todo o conhecimento do colonizador na lata do pior lixo, mas também não podemos apreendê-lo como a verdade absoluta. Devemos extirpar o que o Mignolo chama de “diferença colonial”, nome que dá para as características que nós colonizados não temos e colocam em nossas mentes que devemos ter, pois se não tivermos não seremos bem sucedidos, não seremos felizes, não seremos bonitos etc. Isso é totalmente aplicável à prática pedagógica levada a efeito no espaço amazônico brasileiro.

Os professores que militam em tal região devem conscientizar seus alunos sobre as origens dos conhecimentos que ministram. Sobre os escusos interesses do colonizador tempos atrás e ainda hoje. Mudanças epistemológicas nas práticas de ensino possibilitarão cada dia mais a formação de pessoas residentes na Amazônia que terão consciências de suas unicidades, suas importâncias (de suas culturas). A Amazônia não precisa buscar ser o centro do mundo, mas também não pode ser vista apenas como o quintal do mundo (ou o pulmão - risos). Basta que deseje ser enxergada como uma região única, como todos os lugares, e habitada por pessoas irrepetíveis, como todos somos.

A colonização do Brasil: breves notas rememorativas

Ludwig Lauerhass⁹ (2007), em trabalho intitulado “A representação visual da identidade do Brasil”, nos mostra que desde a colonização europeia a “identidade” do brasileiro tem sido dada/imposta pelo outro, mormente por meio de imagens inaugurais (as primeiras imagens de indígenas “passivos”) e perezadoras de estereótipos (imagens que entronam o carnaval, o samba, a mulata, o futebol, as modelos de biquínis, o comportamento sexual do brasileiro, como a peça “Dona Flor e seus dois maridos”, e outras), imagens estas que tentam a todo custo universalizar um Brasil homogêneo para o exterior; um Brasil que só é Ipanema, Copacabana, Fortaleza, Salvador e seus pontos turísticos e praias – harmonia pura.

Qual a razão disso? Como “surgiu” o Brasil para o outro? Bem, aqui não precisamos voltar ao cruel passado pátrio, momento em que lembraremos do quão violenta foi a colonização lusa para com nossas terras, nossos nativos, nosso ambiente natural, nossas riquezas etc. Entretanto, para entendermos a história da colonização deste país, é fulcral lembrarmos que:

No princípio os habitantes eram indígenas¹⁰: veio o conquistador com suas mazelas, sua ambição, suas doenças, sua violência, e populações inteiras ou foram dizimadas, ou abastardadas, entrando umas em processo de precário acultramento, enquanto outras foram a pouco e pouco desaparecendo (BATISTA, 2006, p. 100).

E foram desaparecendo por quê? Porque foi sendo inventado um Brasil diferente do que ela era originalmente. Inclusive esta terra não era nem Brasil, foi assim nomeado pelo europeu. Enfim, esta pátria é uma invenção em diversos sentidos. Como provar isso? São várias as formas, em exemplo, basta observar o fato de que se tentou por muito tempo velar a história deste país e da América do Sul como um todo.

Os europeus incutiram em nossas mentes ridicularias como a adoção de uma história pronta que conceitua a vida na América antes de Cristóvão Colombo como uma “história pré-colombiana”. Ora, antes de Colombo desembarcar na América em 12 de outubro de 1492 (um dado inventado também), não havia uma história aqui? Não havia pessoas? Os indígenas, os nativos não tinham sua cultura, seus saberes? Por que eurocentrar tudo? Colombo precisa ser o centro e o antecedente a ele mero “pré”? É como se a história americana houvesse surgido com a chegada de Colombo. Devemos rever nossos olhares, notadamente os professores brasileiros e amazônicos. Isso é ser decolonial, como descrito na seção anterior. Necessitamos, com efeito, lembrar que, como disse Mary Pratt:

[...] em nossa época chamada de pós-colonial, na qual o imperialismo é visto como substituído pela globalização, a pele branca continua agradando, as filhas continuam sendo vendidas, e os mitos imperiais continuam gerando significados, desejos e ações. Falta muito para que nos descolonizemos (PRATT, 1999, p. 15).

Nesse foco, é preciso, além de descolonizar, decolonizar. Do latim *identitas*, a **identidade** é tida como um conjunto de características e de traços próprios de um indivíduo ou de uma comunidade. Contudo, este conceito pode ser considerado uma farsa social. Não há como sabermos o que é verdadeiramente iden-

⁹ PhD em Ciências Humanas e docente da Universidade da Califórnia/Los Angeles - EUA.

¹⁰ Na verdade não sabemos *o que* ou *quem* eram antes da vinda do colonizador, porquanto fora este quem chamou os nativos de “índios” achando ter chegado às índias, termo este recentemente passado a ser tido como constrangedor e substituído por “indígena”, que soa melhor, mas que também remete de algum modo às índias.

tidade. Não há sequer como sabermos qual a nossa e se ela existe. Tudo o que nos aparece como pronto é uma invenção do homem. Portanto, não há como afirmarmos que todo gaúcho gosta de chimarrão, que todo baiano adora acarajé, que todo acreano é louco por tacacá e que todo cearense não vive sem rapadura, e os docentes residentes no *locus* amazônico precisam repassar isso aos seus alunos. Todos os lugares possuem resquícios de culturas, tradições e pensamentos de vários outros, o que é resultado da forma de colonização do mundo e, então, não há identidade ou cultura homogênea a ser ensinada.

A colonização da Amazônia: música clássica no “inferno verde”

Em os “acontecimentos” da década de quarenta do século XX, em meio à segunda “grande guerra”, quando a Amazônia produziu borracha para os aliados, esta região foi estrategicamente, pelo governo Getúlio Vargas, “apresentada na mesma dimensão vista pelos primeiros conquistadores, como um paraíso, como Eldorado, o lugar do enriquecimento rápido, possível para os que fizessem parte do exército convocado pela nação”¹¹ (PIZARRO, 2012, p. 161-162). Nesse prisma de invenções sobre a Amazônia, cumpre percebermos que os discursos são impregnados como verdades por séculos. Por exemplo, disseram-nos por anos que a Amazônia é uma planície e apenas isso. Hoje sabemos que na Amazônia também existem rochedos montanhosos e inclusive o maior pico do Brasil está localizado nesta região¹². Noutro exemplo, estereótipos dizem que o estado do Acre é longe – quase o fim do mundo. Ora, não há lugar longe ou perto, pois não há centro em nada. Caso forcemos, podemos até dizer que o Acre está muito à frente fisicamente do sudeste do Brasil, pois este estado é mais próximo dos Estados Unidos, do Japão, da China – outros ditos centros. Se forcarmos ainda mais essa questão de centralidade, podemos ressaltar que “[...] até 1880, a Amazônia foi o único fornecedor mundial de borracha, e até 1912, foi o principal fornecedor, sendo suplantado então pelas plantações de seringueiras asiáticas” (WOLFF, 1999, p. 45), e então lembraremos que um dia a Amazônia e o Acre foram o centro econômico do mundo, em termos gomíferos.

De fato, temos de perceber que a colonização, o “dominar”, é algo impregnado na mente do ser humano. São Paulo colonizou o “Nordeste”, este colonizou o Acre e o Acre coloniza a si próprio quando acreanos dizem não haver nada em Santa Rosa do Purus, em Jordão, municípios localizados bem no interior do estado. Verdadeiramente, o discurso moderno da/na Amazônia está errado e os professores precisam atentar para este fato.

Entrementes, no que concerne à cultura existente na Amazônia, no alvorecer das grandes fases de exploração da borracha, os europeus e os brasileiros integrantes das elites econômicas que na região se achavam resolveram nela implantar um modo de vida alienígena. Construíram teatros monumentais, grandes hotéis, praças, casarões. Trouxeram “grandes” artistas, ouvia-se música clássica em meio à floresta, que era carinhosamente cognominada de “Inferno Verde”, expressão que até rendeu romance escrito por Alberto Rangel. Era o ridículo desejo de “civilizar” este *locus*. Os franceses diziam em alto e bom som: “sim,

¹¹ Notadamente os “Nordestinos”. Sendo mister lembrarmos que nesta época da segunda grande guerra, enviando “Nordestinos” à Amazônia o governo então resolvia/amenizava dois problemas com um ato apenas: a seca do “Nordeste” e a desabitação da Amazônia.

¹² O **pico da Neblina**, localizado no norte do Amazonas, na serra do Imeri, que é o ponto mais alto do Brasil com 2.994 metros de altitude.

Mudar o discurso: por uma decolonialização da mente docente na Amazônia

esta era uma cidade de bárbaros [Manaus], [Mas] aqui era possível ser tão amante da arte como na Cidade Luz” (PIZARRO, 2012, p. 127). Mas, por que isso tudo? Podemos afirmar que existe uma cultura amazônica na medida em que esta não surgiu nesta região e sim foi trazida da Europa?

Hoje em dia, nas alagações, enchentes, desmoronamentos etc., é a natureza que invade a cidade ou o contrário? A natureza se vinga do passado? Por que recrutaram “Nordestinos” para a “guerra da borracha” na Amazônia? Por que não “cariocas”, paulistas, sulistas? Pois, o “Nordestino” era, e ainda é, um homem ao mesmo tempo forte e passivo, obediente, quiçá manipulável? Estes são exemplos de perguntas com as quais temos ideia de que possuímos sim as respostas para os discursos dominadores que nos são impostos sobre a Amazônia. Contudo, o problema está em nós mesmos que prosseguimos aceitando e propagando tais discursos. Basta pararmos um pouco para pensar e logo conseguiremos enxergar tudo o que está velado – ou, como disse Foucault, que está dado mesmo, na cara!

Neste almiré, parece-nos ser preciso efetuar a engendração de novas abordagens teóricas e metodológicas sobre os temas amazônidos, notadamente olvidando fontes historiográficas que há tempos nos são dadas como verdades prontas e incontestáveis. Devemos ver a história da região amazônica não apenas como sendo a de uma região malsinada, repleta de ciclos e surtos gomíferos, que no passado teve seringueiros e indígenas explorados e seringalistas ricos¹³, que serve de plataforma para uma perene luta entre homem e natureza, e que é impregnada de patologias naturais. Ao contrário, mais como sendo um conjunto de fluxos e refluxos de ondas sociais e econômicas integrantes de um rio imaterial e impalpável que está em constante movimento, para frente, e que têm como seus agentes construtores (de si mesmos) os “homens amazônidas”, os quais estão em permanente contato com o resto do mundo. O sujeito amazônico precisa ser o protagonista nas narrativas contadas pelos docentes deste lugar.

É preciso mudar a Amazônia. É preciso que as pessoas que nela moram mudem (seus olhares). É preciso que os outros que dela têm repugnância (seja por desconhecimento ou por representações exóticas) mudem suas visões e concepções. Isso é ser decolonial. É preciso revelar ao mundo que “[...] economias extrativistas apenas enriqueceram brevemente uma parcela das oligarquias locais, deixando para trás uma terra empobrecida” (SOUZA, 2001, p. 206).

É preciso saber que:

Infelizmente, o que se vê é o autodenominado Moderno Estado Brasileiro demonstrando diariamente a sua incapacidade em dar um basta em tantos absurdos, em impedir a deterioração do meio ambiente e barrar os projetos econômicos que tornam a vida dos camponeses, índios e trabalhadores um exercício de horror (SOUZA, 2001, p. 206). (Grifos nossos)

Creemos na “[...] utopia de uma sociedade menos alienada e menos alienante que codifica uma crítica à dinâmica social mais ampla e ao sentido pouco criativo e muito subalterno com que o processo civilizatório estaria operando na sociedade brasileira” (LIMA; BOTELHO, 2014, p. 172). Isso, visto que “o que incomoda é a relação unilateral, de mão única, de importação de práticas e valores externos, e não de tradução crítica a partir da valorização também do que aqui [na Amazônia] se vinha [e vem] configuran-

¹³ Nada é absoluto e certamente houve também seringueiros e indígenas que conseguiram mudar de posição e convolverem-se em “patrões”.

do” (LIMA; BOTELHO, 2014, p. 172). Queremos dizer: chega de ressaltarmos e aplicarmos apenas modelos, costumes e modos de vida do europeu ou mesmo do brasileiro que na Amazônia esteve em tempos passados. Temos hoje um presente para viver. Uma Amazônia para ser estudada, conhecida, preservada, em síntese, vivida a partir de seus próprios saberes.

Por uma decolonialização da mente docente na Amazônia

Mas, o que fazer para decolonizarmos o Brasil e a Amazônia? Mary Pratt¹⁴ (2014), em trabalho intitulado “Fuerza y fraude: la lingüística de la guerra y la ecología del discurso”, assevera que a mentira é um feito universal, praticado com habilidade em todo o mundo por todos os seus habitantes. Nessa perspectiva, para ela, o que torna a vida humana interessante é a eterna busca por confiança no outro. Uma espécie de “expectativa de verdade”. Isso, pois se todos falassem verdades a todo o momento o mundo seria um caos. De fato, cremos nisso: o ser humano caminha ao lado de mentiras a todo o momento, o que faz por força de circunstâncias e jogos políticos, econômicos, relacionais de um modo geral.

Contudo, nos parece que para galgarmos uma decolonialização do/no Brasil e da/na Amazônia o caminho a seguir é o da “verdade”. Não uma verdade absoluta, porque não a encontraremos nunca em lugar algum, mas uma verdade do que possa ser representado em todas as suas forças, circunstâncias, adversidades, entraves etc. Para decolonializar, cremos ser preciso dizer o não dito, revelar o encoberto, o que cobre as tramoias, o que cala os gritos dos oprimidos, dos explorados, dos famintos, dos aviltados, dos doentes.

E como levar a efeito tal decolonialidade? *In primo loco*, devemos saber que tal atitude de vida e de ciência se faz no campo da linguagem. É necessário que modifiquemos nossos signos, significantes, significados, formas de interpretar a realidade e de representar os fenômenos. É preciso pensar como indicou Bakhtin (2006), na segunda parte da obra “Marxismo e filosofia da linguagem”, quando nos esclareceu de forma inovadora, basicamente, que a língua(gem) não é nem uma simples expressão da mente humana, como quiseram Humboldt e Vossler em seu subjetivismo idealista, nem um código frio de signos que têm significantes e significados estáticos e imutáveis, como quiseram Saussure e Leibniz em seu objetivismo abstrato, mas um complexo sistema ideológico, ou seja, a expressão das relações e lutas sociais que ocorrem na vida prática e que está impregnado na e habita a linguagem dos povos.

Desse modo, enxergando a linguagem como reflexo da vida prática, cambiante e dialética, conseguiremos lutar também por meio da linguagem e usá-la como plataforma de dissipação de nossos contra discursos, os quais devem efetivamente configurarem-se como proposições que possuam em si mesmas uma capacidade de obliterar e rechaçar as inverdades (versões absolutizantes, narrativas preconceituosas, interpretações equivocadas da história etc.) ditas pelo colonizador, pelo explorador, pelo dominante.

Mas como ir de encontro a culturas, identidades, conhecimentos e teorias tidos como verdades há séculos? Eles não são fixos? Na parte quarta da obra “Das diásporas: identidades e mediações culturais”,

¹⁴ Professora de literatura latino-americana e teoria cultural do Departamento de Análise Social e Cultural do setor de Espanhol e Português da New York University.

Stuart Hall¹⁵ (2003) diz-nos que as mensagens que produzimos, por meio da linguagem, não são simples expressões lineares e integram um plexo de sentidos multirreferenciais. Além do que, a realidade existe fora da linguagem, mas seja ela o que for, é constantemente mediada por ela, bem como cada ato novo de significação transforma o estado efetivo de significação de todas as coisas existentes. Em síntese, as linguagens e culturas não são fixas e se comunicam a todo o momento em relações de poder e ideologia. Nessa direção, precisamos saber ser totalmente possível que se quebre conceitos tidos como inelutavelmente verossímeis e para isso basta desmascaramos as ideologias.

O mundo ideológico que nos rodeia é inescapavelmente um plexo de narrativas¹⁶, as quais estão escritas por todo lugar – significando a todo o momento, e inscritas em nossos corpos e mentes, nos moldando e comandando. Lembrando-se disso, teremos sempre em mente que temos de ir de encontro às narrativas mentirosas, deturpadoras e enganosas. Isso é ser decolonial. Não podemos crer em signos *a priori*. Devemos captar as narrativas, mas efetuar certa pausa mental para interpretá-las, verificar-lhes o sentido. Precisamos sobremaneira entender que signos linguísticos, sonoros ou imagéticos, em si mesmos e independentemente da vida, nada significam, representam ou revelam, pois não temos como congelar a realidade e transportá-la para outros tempo e espaço históricos¹⁷. Para compreender signos é fulcral analisar seus contextos histórico, temporal, ideológico, criacional etc., afinal, por exemplo, quem interpreta uma imagem é quem a vê depois e não quem tira a foto ou pinta o quadro – que diante de si tem a realidade.¹⁸

É preciso ver além do que está dado e não apenas o que está oferecido/imposto como pronto¹⁹. Isso, pois existe uma dialética e não uma dicotomia entre a forma e o conteúdo na medida em que a aparência é importante sim, pois todos somos objetos. Sujeitos, mas objetos²⁰ também. Precisam os docentes amazônicos assumirem que a versão da história mais aceita é geralmente a produzida pelos vitoriosos, os que conseguem dominar, explorar, subjugar. Nesse meandro, temos de efetivamente propagar que a Europa não existe conceitualmente (não surgiu do nada). Incitar a comunidade acadêmica e a sociedade em geral a fazer um esforço histórico a fim de perceber que as contemporâneas grandes e lindíssimas construções, igrejas forradas a ouro e palácios europeus são produtos de uma exploração plurissecular dos povos que lá vivem em face da América, da África e tantas outras regiões²¹.

Temos de entender que as narrativas fundacionais, de cidades por exemplo, nada representam senão

¹⁵ Sociólogo e crítico cultural jamaicano.

¹⁶ Não podemos confundir narrativas com mentiras. Estas são falseamentos intencionais da realidade. Aquelas são, de um modo geral, tentativas de representar a realidade, a qual não sabemos o que é. Temos uma noção, mas não sabemos verdadeiramente o que é. Assim, pode haver narrativas de boa intenção e outras maléficas.

¹⁷ A imagem é ainda mais poderosa, pois existe um *a priori* social de que ela de fato mostra o real. Um repórter ao produzir uma matéria mostra imagens e as reitera com verbalismos sem sequer nos dar a chance de tentarmos interpretá-las nós mesmos.

¹⁸ Em verdade, os signos alienam a realidade.

¹⁹ Para Foucault, o discurso, enquanto tramoia negativa e alienadora, sempre está dado, está na cara, alguns de nós é que não o vemos ou vemos e somos omissos.

²⁰ Interessante lembrarmos que toda palavra, enunciado e signo remete a um objeto, nem que seja um sentimento impalpável, ou seja, toda palavra não surge do nada, tem algo a ver com o real objetual.

²¹ Se o homem amasse seu próximo e não pensasse apenas em dinheiro e poder, como pregava Nietzsche ao dizer que *Deus está morto* no sentido de que o cristianismo não era vivido efetivamente em seu tempo, sendo mal interpretado e taxado de ateu, não teria sido mais interessante se todas as regiões do mundo tivessem tido condições de evoluir econômica e culturalmente? Por que somente a Europa? Aliás, por que pensarmos que apenas ela possui cultura e desenvolvimento? O que é cultura? O que é desenvolvimento? Perguntar coisas assim é ser decolonial.

invenções, geralmente do Estado ou dos poderosos, que têm o fito de legitimar atitudes, ações e perspectivas diversas dominadoras. Precisamos, sem melindre, pensar que alguns clássicos literários não têm o valor que a mídia e a sociedade dizem que eles têm²². Por exemplo, em “Ser e Tempo”, de Heidegger, considerado um clássico texto para a compreensão do ser humanidade, percebemos ser possível pensar que a Europa, de onde ele escreveu a obra e onde ele nasceu, acha ou tem certeza que “é”. Mas, e o Brasil? Podemos afirmar que o Brasil “é” o Brasil? O que seria “ser Brasil”? Para o colonizador, o Brasil nada era antes da chegada de Cabral, como conta a história inventada, e passou a ser Brasil após o “descobrimento”. Assim, efetivamente, não somos Brasil, “estamos Brasil”.

É premente romper com os referentes dados como única opção, a fim de que façamos a crítica da nossa crítica para galgarmos alcançar cada dia um pensamento melhor, mais interessante para nós mesmos e para nossas vidas sociais. Para tal, podem servir de exemplos várias ações humanas, como o estudo sobre o carnaval de Bakhtin, por meio do qual este nos evidencia ser sim possível produzir contra discursos, se desprender das amarras sociais e das normas do cotidiano, e a música “Geraldinos e Arquibaldos”²³ do cantor e compositor Gonzaguinha, confeccionada no Brasil governado pelo regime militar como uma forma de confronto às normas impostas por aquele regime governamental.

Mutatis mutandi, cremos ficar a mensagem final de que é preciso tecer novas narrativas sobre a humanidade, o Brasil, a Amazônia. Nesse intento, reputamos por bem que estas narrativas, quando escritas, constituam-se como:

Uma escrita que incomode a quem lê e também a quem produz. Um texto que nos retire de nosso conforto, uma história que não seja escrita em redes de dormir, em poltronas e cadeiras de balanço, nas varandas ou debaixo das árvores no quintal. Um texto que seja agudo, penetrante, que não deseje amaciar, acarinhar ou envolver sem sobressaltos ao leitor. É preciso escrever um texto [...] que fira, que provoque dor ao trazer para a cena os eventos e personagens que foram feridos, magoados, que doloridos viveram vidas de resto e de rastro. Uma história que trate dos homens e mulheres que viveram vidas ásperas e rústicas. Uma narrativa [...] que dilacere os objetos e sujeitos tidos como realidades inquestionáveis (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2014, p. 129).

Considerações finais

Sabemos que “a educação pública brasileira percorreu uma trajetória histórica de contradições em relação às concepções e aos modelos educacionais que visam à eficácia do ensino” (TERUYA; et al., 2013, p. 565) e, por isso, não há atualmente um modelo padrão ou homogêneo de docência no país e tampouco na Amazônia. Contudo, cremos sim subsistir um modo europeu de ensino que precisa ser obliterado. Não que o Brasil precise “buscar a sua identidade”, pois nunca lugar algum terá uma identidade estanque. Entretanto, fato é que os docentes amazônidas precisam se desvencilhar das velhas tradições e buscar “novas tecnologias, mais recursos e novas concepções aliadas à concepção pedagógica da metodologia da Escola

²² Basta lembrarmos que todo modelo/padrão/referência é limitado, pois enquadra.

²³ Esta é uma canção irônica que afirma ações humanas para negar normas impostas pelo Estado militar brasileiro. Possui trechos como: “[...] Mamãe não quer...não faça; Papai diz não...não fale; Vovó ralhou...se cale; Vovô gritou...não ande; Placas de rua...não corra; Placas no verde...não pise; No luminoso: ...não fume [...]”. Descreve singelos comportamentos humanos para em verdade suscitar seus ouvintes a questionar tais normas sociais. Uma música decolonial.

Mudar o discurso: por uma decolonialização da mente docente na Amazônia

Ativa voltada para o desenvolvimento de atividades para formar um sujeito ativo, livre e social” (TERUYA; et al., 2013, p. 581).

Precisamos ser decoloniais. Para ser decolonial, para que os docentes amazônicos e brasileiros penssem diferentemente do que está aí, cremos ser preciso não apenas modificar o olhar e sim tecer novos olhares. Não é necessariamente preciso que eliminemos o que já existe de conhecimento, mas urge que desloquemos nossos focos interpretativos e observacionais. Meio que agir como alguém que se queda olhando por uma brecha de uma parede oblíqua para um corredor repleto de armários, os quais contêm discursos mil todos embaralhados a confundir a humanidade, que por este corredor passa e vive uma vida inteira sem sequer tentar dele sair por meio de alguma fresta presente em suas prateleiras. Isto, a fim de olhar os discursos pelo lado de dentro da parede (sem ser visto), a qual contém não a verdade/razão²⁴, mas pelo menos um lugar mais cômodo e feliz, malgrado frustrante.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Por uma história acre: saberes e sabores da escrita historiográfica*. In: ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de; ANTONACCI, Maria Antonieta (Orgs). **Desde as Amazônias: colóquios**. V. 2. Rio Branco: Nepan, 2014, p. 111-133.

BAKHTIN, Mikhail. Segunda parte: Para uma filosofia marxista da linguagem. In: BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**, 12. ed. São Paulo: HUCITEC, 2006, p. 67-139.

_____. **Para uma filosofia do ato responsável**. 2. ed. Tradução de Valdemir Miotello e Carlos Faraco. São Carlos: Pedro e João, 2012.

BALLESTRIN, Luciana. América latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, Brasília, maio-ago., 2013, p. 89-117. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522013000200004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 12 fev. 2017.

BATISTA, Djalma. **Amazônia: cultura e sociedade**. 3. ed. Manaus: Valer Editora, 2006.

DUSSEL, Enrique. *Europa, modernidade e eurocentrismo*. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 55-70.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 133-168.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

HALL, Stuart. **Das diásporas: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LAUERHASS JR., Ludwig. A representação visual da identidade do Brasil. In: LAUERHASS JR., Ludwig (Org.). **Brasil: uma identidade em construção**. Tradução de Roberto Espinosa. São Paulo: Ática, 2007, p. 131-166.

LIMA, Nisia Trindade; BOTELHO, André. **Dois viagens amazônicas e o espectro de Euclides da Cunha: malária**

²⁴ Cremos que até hoje nada nem ninguém conseguiu dizer o que de fato são a verdade, a razão, a realidade, o real. Conquanto isso, para vivermos com alguma certeza, somos seguidores da perspectiva de Hanna Arendt para quem a única coisa real que conhecemos é o chão de barro em que pisamos, do resto nada sabemos.

e civilização em Carlos Chagas e Mário de Andrade. In: BASTOS, Elide Rugai; PINTO, Renan Freitas. (Org.). *Vozes da Amazônia II*. 1. ed. Manaus: EDUA, 2014, p. 140-178.

LIMA, Silene da Silva; ALVES NETO, Francisco Raimundo Alves. Desafios na prática pedagógica do docente iniciante em instituições de ensino superior. *Fameta – Artigos*. Rio Branco, 2015, p. 1-8. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/14128777-Desafios-na-pratica-pedagogica-do-docente-iniciante-em-instituicoes-de-ensino-superior.html>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade e política. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 71-103.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica**. São Paulo: Pioneira, 1997.

PAZELLO, Ricardo Prestes. Pensamento descolonial, crítica jurídica e movimentos populares: repensando a crítica aos direitos humanos desde a política da libertação latino-americana. **O Direito Alternativo**, Franca/SP, v. 3, n. 1, nov./dez., 2016, p. 231-267. Disponível em: <<http://periodicos.franca.unesp.br/index.php/direitoalternativo/article/view/625>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

PIZARRO, Ana. **Amazônia: as vozes do rio, imaginário e modernização**. Tradução de Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

PRATT, Mary L. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

_____. Fuerza y fraude: la lingüística de la guerra y la ecología del discurso. In: ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de; ANTONACCI, Maria Antonieta (Orgs). **Desde as Amazônias: colóquios**. V. 2. Rio Branco: Nepan, 2014, p. 307-323.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 227-278.

SOUZA, Márcio. **Breve história da Amazônia: a incrível história de uma região ameaçada contada com o apaixonado conhecimento de causa de um nativo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 2001.

TERUYA, Teresa Kazuko; WALKER, Maristela Rosso; NICÁCIO, Marcondes de Lima; PINHEIRO, Maria Joana Mairaitá. Classes multisseriadas no Acre. **Rev. bras. Estud. Pedagogia. (online)**, Brasília, v. 94, n. 237, p. 564-584, maio/ago. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v94n237/a11v94n237.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

WOLFF, Cristina Scheibe. **Mulheres da floresta: uma história, Alto Juruá, Acre (1890-1945)**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1999.

ZANOTELLI, Jandir João. *Educação e descolonialidades dos saberes, das práticas e dos poderes*. **Revista Educação Pública**, Cuiabá, v. 23, n. 53, maio/ago., 2014, p. 491-500. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/viewFile/1749/131>>. Acesso em: 23 fev. 2017.